

Os pesados restos coloniais no Caderno de memórias coloniais, de Isabela Figueiredo

André Souza da Silva²²
Universidade de São Paulo (USP)

Resumo

À distância de mais de quarenta anos do fim da Revolução dos Cravos (1974) e da Guerra Colonial (1975), ainda hoje é preciso realizar uma leitura crítica do longo projeto imperialista português, em especial do salazarismo e dos episódios vividos em África. Profundamente ligados entre si e longe de estarem devidamente cicatrizados, ambos os traumas insistem em assombrar o imaginário português. Por isso, à luz do aclamado e polêmico *Caderno de memórias coloniais* (2009), romance de Isabela Figueiredo publicado no Brasil somente em 2018, este artigo pretende demonstrar como o livro rediscute velhos lugares da cultura portuguesa – a exemplo do colonialismo brando e menos racista que os outros –, ao mesmo tempo em que esboça uma outra história para sua prática colonial. Para tanto, além de demonstrar com brevidade como a literatura portuguesa contemporânea continua a fazer da matéria histórica um de seus tópicos fundamentais, este texto recorre também a acontecimentos recentes da vida nacional para destacar a relevância de uma obra como o *Caderno de memórias coloniais* no momento em que os estudos pós-coloniais encontram restrições num país onde a versão oficial e institucionalizada da história ainda flerta com o irrealismo do luso-tropicalismo, como nos mostram os estudos de Margarida Calafate Ribeiro, António Sousa Ribeiro e Eduardo Lourenço.

Palavras-chave

História. Colonialismo. Trauma. Portugal.

²²Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP), com bolsa FAPESP. É membro do grupo de pesquisa Colonialismo e Pós-colonialismo em Português (CPCP - USP) e realizou intercâmbio acadêmico (2016), com bolsa Santander, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

Introdução

Como tem vindo a ser recorrentemente demonstrado pela estudiosa Margarida Calafate Ribeiro no âmbito de projetos voltados ao estudo da pós-memória do império colonial português²³, possíveis desde o 25 de Abril de 1974, quando enfim terminou a longa ditadura salazarista, ainda hoje opera no imaginário nacional certo “desejo de esquecimento” das práticas coloniais que durante séculos marcaram a identidade e a imagem de um povo cujo destino parecia voltado à “colonização de inspiração cristã”. O mais natural, contudo, à maneira do que ocorre hoje em algumas partes da Europa em relação aos horrores das Grandes Guerras, no momento em que alguns países começam a devolver aos autóctones os objetos historicamente saqueados, seria construir em democracia uma memória oficial sobre o império que ao menos se envergonhasse de suas práticas anteriores e passasse então a contribuir para a descolonização de uma cultura ainda fortemente marcada pela ótica colonialista. Porém, tal iniciativa demandaria a construção de uma narrativa coletiva, nacional, oficial e institucionalizada que não negociasse e contextualizasse vez por outra protocolos de lembrança ou esquecimento, optando, ao contrário, pelo reconhecimento dos rastros e traumas fantasmáticos do passado a fim de que sejam debatidos, expurgados, cicatrizados.

Em vez disso, como demonstram fatos recentes em Portugal, prefere-se pensar na construção de um “museu dos descobrimentos” ou dar espaço na concessão pública de televisão a um assumido nazifascista português – Mário Machado –, condenado pelo espancamento coletivo e morte do cidadão cabo-verdiano Alcindo Monteiro em 1995, para dizer abertamente que tem saudades de Salazar em um conhecido programa cujo quadro principal perguntava: “Precisamos de um novo Salazar?”²⁴. Enquanto isso, por outro lado, o caso da colônia penal do Tarrafal, denominado inicialmente “Colônia Penal de Cabo Verde”, na África portuguesa, irônica e tristemente rebatizado como “Campo de trabalho de Chão Bom”, popularmente conhecido como “Campo da morte lenta”, assumidamente inspirado nos campos de concentração nazifascistas alemães, para onde o Estado Novo costumava

²³ Referimo-nos a projetos como: “Os filhos da Guerra Colonial: pós-memória e representações” (2007-2011) e “Memoirs: filhos de império e pós-memórias europeias” (2015-).

²⁴ Esses episódios podem ser consultados em: <https://observador.pt/2018/05/24/polemico-museu-dos-descobrimientos-pode-vir-a-chamar-se-a-viagem/> e: <https://sol.sapo.pt/artigo/615240/faz-hoje-23-anos-que-alcindo-monteiro-foi-espancado-ate-a-morte>. Acesso em: 12 jul. 2019.

mandar seus dissidentes políticos e submetê-los a um regime severo de desnutrição, continua a enumerar pouquíssimos textos – literários ou não – a seu respeito, sendo um dos episódios menos comentados da ditadura. Ao durar quase quatro décadas (1936-1974), somente entre 1936 e 1954 o espaço penal serviu para “subjugar ao menos 334 prisioneiros dos quais mais de 30 morreram vítimas diretas do violento tratamento recebido” (AQUINO, 1978, p. 290). Apenas em 1978, em Lisboa, quatro anos após a Revolução, fora realizado o cortejo fúnebre destas e outras vítimas do regime.

No mesmo ano, em seu consagrado livro *O labirinto da saudade*, quando fazia o balanço do processo civilizacional reinaurado com os Cravos de Abril, Eduardo Lourenço já notava um movimento nacional que não aproveitava o calor da atmosfera revolucionária para repensar o salazarismo, a memória de África e Portugal como antiga nação imperial. Afora a literatura que reagiu um pouco depois às décadas de cerceamento com um *boom* de romances históricos sobre o período que ficava para trás, a consciência política nacional preferiu ignorar o necessário enfrentamento de seu passado, inclusive o mais recente, para no lugar preservar uma imagem que apenas falseava a mentalidade instaurada pelo regime, sem de fato examinar todo o imaginário salazarista cimentado numa “lusitanidade exemplar”²⁵ – como a propaganda nacionalista costumava classificar os costumes geralmente ligados ao culto de Nossa Senhora de Fátima, ao fado de Amália Rodrigues e ao benfiquismo calcado na figura do ídolo futebolista Eusébio. De acordo com Lourenço:

A distorção consistiu em tentar impor uma nova imagem na aparência oposta à do regime, mas cuja estrutura e função eram exatamente as mesmas: *instalar o país no lisonjeiro papel de país revolucionário exemplar, dotado de Forças Armadas essencialmente democráticas, considerando os cinquenta anos precedentes como um parêntesis lamentável, uma conta errada que se apagava no quadro histórico para começar uma gesta perpétua na qual o salazarismo [e a Guerra Colonial] tinha sido uma nódoa indelével* (LOURENÇO, 2016, p. 73, itálicos do autor).

Hoje, passados mais de quarenta anos de vida democrática em Portugal, embora alguns autores da nova geração continuem discutindo de diversas formas a herança da ditadura de António Salazar, bem como o horror por ela patrocinado em territórios africanos, não é razoável negar que muitas ideias do projeto imperialista português, principalmente

²⁵ Fernando Rosas, em *O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo* (2017), discute alguns dos “verdadeiros valores” impetrados pelo salazarismo.

daquele que atravessou o século XX, continuam de alguma forma escamoteados no espaço público de debate. Por isso, ainda é preciso realizar uma leitura crítica a respeito destes traumas nacionais que insistem em assombrar a memória de um país que deixou de interrogar os seus “fantasmas e fantasias imperiais”, para usar a expressão de Ana Paula Ferreira e Margarida Calafate Ribeiro em livro homônimo, cabendo à literatura, por assim dizer, “revisitar os lutos inacabados do império”, como sugere Miguel Bandeira Jerônimo em artigo publicado num livro organizado por Calafate Ribeiro (JERÔNIMO, 2016, p. 61). É nesse sentido que, à luz do *Caderno de memórias coloniais* (2018) de Isabela Figueiredo, propomos uma leitura que pretende demonstrar como o referido romance narra uma outra história, em tudo distinta daquela levada a cabo pela história oficial, como forma de problematizar os pesados restos coloniais no imaginário de uma nação que, “com a imagem terna dos cravos vermelhos pendurados nos canos das espingardas na ocasião do 25 de Abril, ignorou de um só golpe todo o sangue derramado em África” (RIBEIRO, 2012, p. 89).

A permanência da História na contemporânea literatura portuguesa

Em texto publicado no *Jornal de Letras* a respeito do romance português contemporâneo, Miguel Real destacou o caráter cosmopolita e multicultural da literatura que se tem produzido mais recentemente em Portugal. Segundo o crítico, a consolidação da democracia no país e a mudança de século fizeram com que a literatura portuguesa viesse a abandonar, pouco a pouco, “os antigos temas do Império e da Guerra Colonial, da repressão política do Estado Novo e da representação de uma mentalidade paroquial, ruralista e eclesial para dar lugar a uma nova geração de escritores marcada pela representação de uma nova mentalidade europeia” (REAL, 2018, p. 5). Em linhas gerais, Real defende que “a geração literária que começou a escrever este século não escreve, já e sobretudo, para um leitor português, antes para um leitor global” (REAL, 2018, p. 6), o que para o ensaísta se deve à influência cosmopolita que teria começado a agir sobre a literatura portuguesa logo após a atribuição do Prêmio Nobel a José Saramago em 1998 e à crescente mundialização dos romances de António Lobo Antunes. De acordo com o professor, esses episódios não só mostraram o romance português à Europa como também o distanciou das questões comuns à pátria.

Não há dúvida, contudo, que a passagem de século inaugurou uma nova forma de pensar da literatura portuguesa e impôs à nova geração que com ela começou a escrever problemáticas distintas daquelas que, nomeadamente após Abril de 1974, marcaram a obra ficcional de escritores como Almeida Faria (Tetralogia Lusitana, 1965-1983), José Saramago (*Levantado do chão*, 1980), Lobo Antunes (*As naus*, 1988) e outros tantos escritores que fizeram da História (próxima ou remota), da desconstrução do imaginário imperial ou da identidade portuguesa a matéria-prima de suas publicações. Também é verdade que escritores como Mafalda Ivo Cruz (*Vermelho*, 2003), Gonçalo M. Tavares (*Jerusalém*, 2004), Afonso Cruz (*A boneca de Kokoschka*, 2010) e Nuno Camarneiro (*No meu peito já não cabem pássaros*, 2011) emanciparam suas obras de inquietações mais atinentes ao território em que habitam para apostarem na desnacionalização e/ou expansão de uma identidade de escrita calcada em certo romance português muito mais preocupado em localizar-se cultural e estrategicamente numa Europa cujas questões de alteridade, na contemporaneidade, desconhecem fronteiras territoriais e/ou artísticas. No entanto, nomes como Valter Hugo Mãe (*a máquina de fazer espanhóis*, 2010), Dulce Maria Cardoso (*O retorno*, 2012), Telma Tvon (*Um preto muito português*, 2017), Djaimilia Pereira de Almeida (*Esse cabelo*, 2017), além da própria Isabela Figueiredo, não se distanciaram de temáticas caras ao imaginário nacional, indo na direção contrária do que destaca Miguel Real como uma das características mais evidentes da atual literatura portuguesa.

Sob outra perspectiva, para nós mais assertiva, Margarida Calafate Ribeiro não aposta no suposto descompromisso do novo romance português com a atualidade nacional e prefere chamar a atenção para um tipo de produção que, interessadamente escrita por autores nascidos em África e que passaram a viver em Portugal, se propõe justamente a fazer uma releitura do longo percurso colonial português sem abrir mão de discutir traumas nacionais como o salazarismo e a Guerra Colonial. De certa forma, além de serem símbolos daquilo que podemos chamar de “narrativa dos retornados” – fenômeno editorial que se intensifica na cena literária portuguesa a partir de 2008 –, esses romances rebatem uma literatura nostálgica menos conhecida fora de Portugal que “enxerga no colonialismo um passado perfeito e um tempo feliz, representando parte da comunidade portuguesa que se subtrai a uma reflexão sobre a violência política, social e epistémica que foi o colonialismo

português”²⁶ (RIBEIRO, 2012, p. 92). Esses livros, ao fomentarem uma crença luso-tropical ainda não totalmente desmontada em Portugal, optam pelo apagamento, silenciamento e/ou recalçamento duma ferida coletiva que lhes é sabidamente fantasmática e aparentemente inestancável.

Caso semelhante envolve a memória de António de Oliveira Salazar (1889-1970), cuja responsabilidade pela política escravagista implantada em África durante parte do século XX jamais deveria ser deslembrada, muito embora “a cultura política pós-25 de Abril achou melhor pô-lo fora da história [...] sendo paupérrima a literatura ao seu respeito, quer memorial, quer ideológica, política, econômica, financeira e cultural” (LOURENÇO, 2012, p. 67). Em vista disso, é fundamental destacar que o risco desse tipo de esquecimento para a história portuguesa, que não se preocupou em investigar devidamente a memória do passado e, neste caso, a memória acerca de seu líder mais longo, está na eleição de Salazar como “o maior português de todos os tempos”, conforme apontou uma pesquisa realizada no país pelo canal televisivo RTP1 em 2007²⁷, o que demonstra a importância de se “cuidar dos mortos para que não tomem o lugar dos vivos”²⁸.

Assim sendo, mesmo diante do cosmopolitismo e do suposto encolhimento da História apontados por Miguel Real no romance português contemporâneo, existe em Portugal uma literatura memorialística de assumido cariz autobiográfico criada por uma geração recente de escritores suficientemente empenhada em lutar, entre outras coisas, contra a narrativa de um colonialismo brando (casos de Isabela Figueiredo, Dulce Maria Cardoso, Telma Tvon e Djaimilia Pereira de Almeida) e igualmente disposta a combater os resquícios da ditadura que ainda restam na sociedade (a exemplo de Valter Hugo Mãe), convidando a cultura nacional a refletir sobre o risco do silenciamento desses temas no espaço público de debate²⁹. Por essa razão, nem mesmo a mudança de século que inaugurou um novo milênio e promoveu mudanças inegáveis na literatura portuguesa foi capaz de dirimir tal preocupação

²⁶ Calafate Ribeiro refere-se a títulos como *Os colonos e Os retornados*, de Antônio Trabulo, e *Paralelo 75 ou o Segredo de um Coração Traído*, de Pedro Sousa Pereira e Jorge Araújo, para tratar de uma literatura cuja imagem sépia do colonialismo português testemunha um passado imaculado.

²⁷ Disponível em: <http://www.rtp.pt/programa/tv/p21257>. Acesso em: 13. jul. 2019.

²⁸ Inverto aqui um verso de Fernando Assis Pacheco no poema intitulado “Cuidar dos vivos”, cuja ordem natural é: “[...] cuidar dos vivos, / pôr os mortos no seu lugar: / que não tomem o lugar dos vivos” (PACHECO, 2006, p. 16).

²⁹ Em *Portugal, Hoje – o medo de existir* (2005), o filósofo José Gil discute com profundidade a herança da ditadura salazarista na sociedade portuguesa contemporânea

de autores como Isabela Figueiredo, que, em seu Caderno de memórias coloniais, relê a narrativa imperial portuguesa em África a partir duma perspectiva assumidamente traumática.

Por isso, quando comparada à primeira geração de escritores famosa por fazer o luto e abordar as ruínas do império, da qual fazem parte, por exemplo, nomes incontornáveis como António Lobo Antunes (*Os Cus de Judas*, 1979), Lídia Jorge (*a costa dos murmúrios*, 1988) e Helder Macedo (*Partes de África*, 1991), a geração de Isabela Figueiredo, como ressalta Margarida Calafate Ribeiro, põe fim à história de regressos – de Portugal para África – iniciada pela geração anterior para dar lugar a uma literatura cuja viagem – agora de África para Portugal – simboliza o retorno ao continente:

O reconhecimento de que grande parte da história de Portugal se passou fora de Portugal e da Europa, e que para perceber a fratura colonial sob a qual todos vivemos, tem de se contar a história das pertenças e vinculações de muitos sujeitos àquelas outras terras outrora parte do império, sob pena de ficarem todos como uma espécie de refugiados da história (RIBEIRO, 2012, p. 91) .

Nesse sentido, a literatura feita pela geração de Isabela Figueiredo, marcada pelo trauma bélico de maneira oposta à geração de Lobo Antunes – que o viveu como ex-combatente e médico em Angola –, é fruto das recordações pessoais de autores que não possuem uma memória de primeira geração dos eventos que levaram à Revolução de Abril e à Guerra Colonial, ou seja, que não viveram esses eventos como adultos e cidadãos participantes. Por essa razão, como nos lembra o termo cunhado por Margarida C. Ribeiro, poderiam ser “os netos que Salazar não teve”:

A geração dos filhos da Guerra Colonial, os filhos da ditadura, os filhos dos retornados, aqueles que têm uma memória própria, mas de criança, dos eventos que levaram ao fim do império português em África, ou pós-memórias já, ou seja, aqueles que não têm memórias próprias destes eventos, mas que cresceram envoltos nessas narrativas sem delas terem sido testemunhas. Memórias, pós-memórias que coincidem com o despertar para a vida, com o descobrir do mundo para além da hipotética casa familiar protegida, com o descobrir da diferença etnicamente marcada, com a diferença social habilmente construída (RIBEIRO, 2012, p. 93).

Desse modo, além de se posicionar contra a ideia enganadora de um “colonialismo exemplar”³⁰, pensamento mais ou menos sustentado pela democracia com a qual muitos desses novos escritores praticamente nasceram, os textos dessa geração estabelecem ainda uma profunda relação entre passado e presente, como se assumissem para si “uma culpa transmitida, herdada, uma culpa que não se consegue resolver em responsabilidade histórica” (RIBEIRO, 2012, p. 91), mas também sem a qual não se consegue olhar para o futuro. Sendo assim, com a iluminação que a distância propicia, é possível dizer que não se trata mais simplesmente de punir os algozes e pedir perdão às vítimas sufocadas pelo salazarismo e pela Guerra Colonial, senão também de entender que para encarar o futuro será preciso levar adiante toda a violência da história do regime político e do tempo dos brancos em África, compreendendo que “somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode ajudar a não repeti-lo infinitamente e a ousar esboçar uma outra história” (GAGNEBIN, 2006, p. 57) para um projeto colonial falsamente travestido com o manto de um humanismo cristão.

Uma outra história

“Mas parece que isto só se passava na minha família, esses cabrões deseducados, malformados, exemplares singulares de uma espécie de branco que nunca por lá existiu, porque segundo vim a constatar, muitos anos mais tarde, os outros brancos que lá estiveram nunca praticaram o colun..., o colonis..., o colonialismo, ou lá o que era. Eram todos bonzinhos com os pretos, pagavam-lhes bem, tratavam-nos melhor, e deixaram muitas saudades.”
(Isabela Figueiredo)

Francisco Noa, professor e estudioso da literatura africana produzida em língua portuguesa, em livro intitulado *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária* (2002), comenta a respeito de um concurso literário anual organizado pelo Estado Novo português e julgado pela Agência Geral das Colônias (órgão dedicado à comunicação e divulgação do regime) cujo objetivo era premiar os livros que estivessem mais alinhados com o que a propaganda salazarista chamava de “política do espírito”³¹. Como não é difícil supor,

³⁰ A expressão é de Eduardo Lourenço (2016, p. 13) em *O labirinto da saudade*.

³¹ Segundo Francisco Noa, alguns dos livros premiados pelo Estado Novo foram: *Oiro africano* (1929), de Julião Quintinha, *Na pista do marfim e da morte* (1944), de Ferreira da Costa, e *Gentio de Timor* (1935), de Armando Pinto Corrêa.

as obras que pleiteavam o prêmio eram obrigadas a construir uma imagem encantatória da vida em África, fazendo chegar à metrópole uma literatura que mascarava a realidade de um relacionamento entre brancos e negros sabidamente marcado pela ótica escravocrata, em que a humilhação imposta ao negro passava também pela destituição de si enquanto homem e chefe de família, simultaneamente privado de sua pátria, de sua propriedade e até mesmo do exercício de sua paternidade. Não por acaso, relembra Isabela Figueiredo:

O meu pai gritava lá dentro e, aos safanões, trazia-o [o preto escravizado] para fora, atordoados ambos. Segunda, vais trabalhar, ouviste? Segunda, estás nas bombas às sete. Vais trabalhar para a tua mulher e para os teus filhos, cabrão preguiçoso. Queres fazer o que da vida? Safanão. Soco. E a mulher e os filhos e o bairro todo, e eu, estávamos ali, imóveis, paralisados de medo do branco. Terminada a função, o branco mete uma nota na mão da negra e diz-lhe, dá de comer aos teus filhos; depois levanta-me no ar, atrás de si, presa pelo seu pulso, enquanto grita ao negro, segunda-feira, nas bombas, ai de ti [...] Porque aquela terra, senhores, era do meu pai. O meu pai era todo o povo moçambicano. Vivia-o em força e raiva. Espumou até ao último dia, recusando baixar a voz perante um negro, mostrar-lhe os documentos, as guias de viagem, tratá-lo por você, dar-lhe a mão em sinal de aceitação da sua autoridade. Com ou sem independência, um preto era um preto e o meu pai foi um colono até morrer (FIGUEIREDO, 2018, p. 76 e 120).

Como salta do trecho, o comportamento do pai de Isabela não só dá a tônica do tratamento dispensado ao negro como também evidencia, de modo geral, o sentimento de posse do homem branco português em relação à terra alheia, tomando-a como sua e afeiçoando-a cada vez mais à imagem de cidades como Lisboa, de onde saiu o eletricitista com a esposa para participar do processo de colonização (ou de modernização como era pretensamente chamado pelos colonos) de Lourenço Marques, hoje Maputo, capital de Moçambique, terra de nascimento de Isabela Figueiredo. Sendo assim, a insistente recusa ao reconhecimento da liberdade do homem negro africano – mesmo após o enfraquecimento e término do salazarismo e do marcelismo que juntos prolongaram o escravismo e bancaram treze anos de absurda Guerra Colonial (1961-1974) em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau – contraria a narrativa que os próprios colonos legaram à jovem Isabela aquando de sua partida para a metrópole, onde deveria contar o suposto horror pelo qual teriam passado os portugueses assim que os homens da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) deram início ao naturalmente sangrento processo de independência do país.

Não à toa, a exemplo da literatura destacada por Francisco Noa, ligada aos interesses e defesa da propaganda colonial, a perpetuação da narrativa que Isabela deveria fazer

chegar a Lisboa servia para maquiagem o Estado racista que direta ou indiretamente todos os portugueses, inclusive aqueles que viviam na metrópole, tinham ajudado a montar e do qual evidentemente usufruíam mais de perto ou à distância. A denunciar a atmosfera de hipocrisia dentro da qual foi educada, lembra a autora:

Todos os lados possuem uma verdade indelével. Nada a fazer. Presos na sua certeza absoluta, nenhum admitirá a mentira que edificou para caminhar sem culpa, para conseguir dormir, acordar, comer, trabalhar. Para continuar. Há inocentes-inocentes e inocentes-culpados. Há tantas vítimas entre os inocentes-inocentes como entre os inocentes-culpados. Há vítimas-vítimas e vítimas-culpadas. Entre as vítimas há carrascos (FIGUEIREDO, 2018, p. 136).

Entretanto, para a tristeza dos colonos, Isabela demonstrava desde a adolescência que se recusaria a levar adiante a narrativa anacrônica com a qual havia crescido, tendo percebido desde muito nova, através dos livros, que na terra onde vivia não existia redenção comparável à das personagens literárias, pois “aquele paraíso de interminável pôr-do-sol salmão e odor a caril e terra vermelha era um enorme campo de concentração³² de negros sem identidade, sem a propriedade do seu corpo, logo, sem existência” (FIGUEIREDO, 2018, p. 45-46). Dessa forma, sem eximir-se da parcela de culpa que lhe cabe pelo colonialismo, Isabela Figueiredo (“inocente-culpada”) se recusa a levar para Lisboa qualquer história que preservasse a imagem luso-tropical de um império edificado à custa da morte, escravização e violação de milhares de negros e negras. “A colonzinha preta, filha de brancos, a negrinha loira” (FIGUEIREDO, 2018, p. 59), ainda que fosse recebida na metrópole com toda a carga de preconceito endereçada aos retornados³³, tinha consciência de que, para a maioria dos colonizadores, incluindo o seu pai, o testemunho que não daria seria encarado como uma grande traição, afinal, antes de embarcar, fora advertida diversas vezes que:

Lá pela Metrópole andam muito amiguinhos dos pretos! mas que vejam bem quem eles são, e a paga que nos deram por tudo o que aqui enterramos, e era nosso; esta

³² Por mais que sejam episódios traumáticos seguramente distintos, não deixa de ser curioso que Isabela Figueiredo trace uma analogia com os campos de concentração nazistas que desencadearam o horror do Holocausto chancelado por Hitler, vitimando seis milhões de pessoas durante a Segunda Guerra Mundial.

³³ *O retorno* (2012), de Dulce Maria Cardoso, é um exemplo do modo preconceituoso como os colonos portugueses foram recebidos em Lisboa. Antes de chegar à metrópole, pela voz de Rui, um jovem adolescente que nunca havia saído de Angola, é possível verificar a imagem paradisíaca do que seria Lisboa na sua cabeça, fantasia que obviamente não se sustenta ao desembarcar com a família na capital.

cidade, o trabalho, donde comiam. É por ti que vão saber. Tens de contar. Conta a todos”. [...] “Coragem. Não te esqueças de contar a verdade!” [...] Em silêncio, mas num silêncio ainda mais fundo, porque afinal já era uma mulher, voltei a chorar o que perdia e haveria de pagar. A dívida alheia que me caberia. Nunca entreguei a mensagem de que fui portadora. (FIGUEIREDO, 2018, p. 130–132).

Nesse sentido, a renúncia de Isabela em endossar o que seria mais uma versão da narrativa colonial portuguesa pode enfim ser encarada como parte de um reconhecimento necessário e ainda por fazer da pavimentação dum lugar de fala para quem dela fora secularmente privado, uma vez que ainda hoje o povo negro luta por um protagonismo social e discursivo que seja verdadeiramente reconhecido não apenas em Portugal, mas em quase qualquer país ocidental marcado pelo imperialismo. Neste cenário, sobretudo num país onde até hoje as transformações do “25 de Abril não conseguiram produzir uma mudança profunda na consciência coletiva da sociedade portuguesa” (SANTOS, 1990, p. 27) que fosse capaz de alterar uma mentalidade fortemente marcada por décadas de ideologia fascista-colonial, trazer à tona uma outra história para a Guerra Colonial em Moçambique, como pretende o *Caderno*, implica em evidenciar as mazelas de um estado de coisas em cima do qual o salazarismo construiu os seus valores controversos e modelou o pensamento de milhares de homens igualmente controversos como o pai de Isabela – cristão, patriota, nacionalista, racista –, com quem a narradora também busca se acertar através da escrita numa das passagens mais bem conseguidas do livro:

Não foi fácil ser a filha do eletricitista. Sonhei muitas vezes que o eletricitista havia de morrer de muitas maneiras e deixar-me livre para pensar, para existir sem medo. Para lhe responder. E um dia morreu mesmo, sem que pudéssemos ter feito completamente as pazes, sem que eu estivesse totalmente crescida, e ele totalmente vencido, e agora está aqui sentado, a dois centímetros do meu rosto, a ler-me, e eu, sinceramente, só queria dizer-lhe que vivemos um tempo demasiado curto para o nosso amor, confuso, desajustado, injusto. Que foi só isso que nos aconteceu: um tempo, um espaço, um tabuleiro de xadrez errado para o amor. E que o traí para que pudéssemos levantar a cabeça (FIGUEIREDO, 2018, p. 145-146).

Esta “traição”, na altura em que ocorreu, no rescaldo do 25 de Abril, já se mostrava muito necessária, mas se torna ainda mais indispensável à medida que a associamos aos acontecimentos mais recentes da vida portuguesa, os quais insistem em demonstrar como o imaginário colonial continua profundamente arraigado no seio da cultura nacional. Desse modo, Isabela Figueiredo e outros escritores de sua geração, ao caminharem na contramão

de uma tendência luso-tropicalista que nunca realmente desapareceu da relação de Portugal com os trópicos, tentam colmatar as esperanças que o projeto histórico-político da fatídica Revolução de 1974 não fora capaz de cumprir coletivamente. Assim, por mais que as obras desses autores devam ser lidas como exemplares de uma resistência intergeracional que se dedica a “preservar a memória, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens” (GAGNEBIN, 2006, p. 97) em detrimento duma “vontade de esquecimento” que pode ser bastante perigosa, é importante salientar que, sem uma política de Estado mais eficaz no combate ao racismo e aos resquícios da ditadura ainda evidentes em Portugal, a literatura não pode fazer muito mais do que denunciá-los.

Ainda assim, é dessa forma que livros como o *Caderno de memórias coloniais* ajudam a (re)elaborar o necessário reconhecimento de um passado colonial sem o qual a projeção de um Portugal futuro não poderá ser feita. Enquanto não forem verdadeiramente discutidos, os traumas fantasmáticos de outrora, sob a inscrição da memória individual ou coletiva, insistirão em assombrar a vida de um país historicamente acostumado a esperar por quem resolva milagrosamente as suas grandes questões.

Considerações finais

*Era portadora da mensagem; levava comigo a verdade. A deles.
A minha, também, mas eles não imaginariam que eu pudesse ter uma verdade só
minha, sem a sombra das suas mãos.
E reví a matéria.*

(Isabela Figueiredo)

Como voltar a imaginar os episódios chefiados por Salazar sem que se queira ouvi-los? Como contar o indizível sobre a Guerra Colonial em África se até mesmo muitos dos antigos combatentes se furtam a narrá-los? Como então criar uma recepção e fazer com que esses eventos traumáticos não sejam esquecidos, postos em debate e (re)inscritos de outra maneira no imaginário nacional? As respostas para estas perguntas inscrevem a importância da memória transgeracional no panorama da narrativa contemporânea portuguesa. Tendo em vista o estudo de Maurice Halbwachs sobre a memória coletiva, a relevância da história levada a cabo por um “filho da Guerra Colonial” ou por um “neto que Salazar não teve” reside justamente no resgate e na preservação do que Halbwachs chama de memória

histórica³⁴, sobretudo numa época em que muitos dos indivíduos que detêm uma memória de primeira geração desses eventos estão morrendo. A única maneira de preservá-la, como explica o sociólogo, é fixando-as no papel:

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajado ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhe são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 2006, p. 80-81).

Nesse sentido, se à geração de portugueses diretamente mobilizada pelo regime de Salazar para participar dos eventos sangrentos em África ocorreu no mais das vezes, por diversas razões, prolongar o silenciamento ou mesmo a denegação que os caracterizaram; à geração de filhos e netos, os mesmos que tantas vezes “em vão rezaram”, coube fazer o balanço e o luto de uma história império-colonial para a qual a famosa pergunta de Fernando Pessoa no poema “Mar Português” se tornou central: “valeu a pena (?)” estar ao lado de um homem que:

No momento de colaborar na defesa da nação, aquele que nos anos 30 se tinha apresentado ao povo português como “católico, pobre filho de pobres” e assim se identificava com toda a população e se auto-elegia como representante orgânico do país inteiro, [mas que] não podia agora, nos anos 60, apresentar-se como “pai, com um filho no Ultramar”, como então se dizia (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 28).

O desencanto constatado na literatura que se produziu em Portugal um pouco antes da morte de Salazar, marcado pelo aparecimento do grupo *Poesia 61* e principalmente em seguida à Revolução dos Cravos (1974), considerando ainda aquela mais próxima de nós – a refletir um Portugal forçosamente reinserido numa Europa e numa União Europeia (para

³⁴ Para Halbwachs (2006), a memória histórica diz respeito aos acontecimentos do passado nacional que não podemos testemunhar in loco e que, portanto, nos foram transmitidos pela história enquanto disciplina escolar. Porém, à medida que crescemos e eventualmente identificamos no tecido familiar ou num grupo social do qual fazemos parte algum trauma provocado por um acontecimento que não vivenciamos, descobrimos então a exterioridade do que antes nos era apenas pura e simplesmente passado. É este ganho de consciência da memória acerca da história que o autor chama de memória histórica.

a qual entrou em 1986) onde não ocupa lugar cimeiro –, permite que respondamos à pergunta de modo negativo. Na esteira do que assinala Margarida Calafate Ribeiro, concluímos dizendo que a necessidade de rever toda a matéria nasce em meio a um mar de silêncio dentro do qual:

A Guerra atinge a geração dos filhos, a geração que era criança ou ainda nem era nascida aquando da mobilização do pai, a geração dos “filhos da guerra”, ou dos netos que Salazar não teve. É a estes filhos que a geração dos pais apela hoje plena de dúvidas e ansiedades (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013, p. 29, grifo nosso).

Referências

AQUINO, Acácio Tomás de. **O segredo das prisões atlânticas**. Torres Vedras: A regra do jogo, 1978.

FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de memórias coloniais**. São Paulo: Todavia, 2018.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

HALBWACHS, Maurice: **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

JERÔNIMO, Miguel Bandeira. Revisitando os lutos inacabados do império. In. RIBEIRO, Margarida Calafate; RIBEIRO, António Sousa (Org.). **Geometrias da memória: configurações pós-coloniais**. Coimbra: Edições Afrontamento, 2016. p. 61-94.

LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade**. Rio de Janeiro: Tinta-da-China Brasil, 2016.

_____. **Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade**. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2012.

NOA, Francisco. **Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária**. Lisboa: Caminho Editorial, 2002.

PACHECO, Fernando Assis. **A musa irregular**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2006.

REAL, Miguel. O romance português contemporâneo. Disponível em: <http://visao.sapo.pt/jornaldeletras/jl-alemanha--em-portugues-/2018-10-10-Literatura-Portuguesa-Contemporanea--PDF-em-portugues->. Acesso em: 22 jun. 2019.

RIBEIRO, Margarida Calafate. O fim da história de regressos e o retorno à África – leituras da literatura contemporânea portuguesa. In. BRUGIONI, Elena; PASSOS, Joana; SARABANDO, Andreia; SILVA, Marie-Manuelle (Org.). **Itinerâncias: percursos e**

representações na pós-colonialidade. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2012. p. 89-99.

_____.; RIBEIRO, António Sousa. Os Netos que Salazar não teve: Guerra Colonial e memória de segunda geração. **Revista Abril - Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 25-36, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)**. Porto: Afrontamento, 1990

LOS PESADOS RESTOS COLONIALES NO *CUADERNO DE MEMORIAS COLONIALES*, DE ISABELA FIGUEIREDO

Resumen

A más de cuarenta años del fin de la Revolución de los Claveles (1974) y de la Guerra Colonial (1975), todavía es necesario realizar una lectura crítica del largo proyecto imperialista portugués, en especial del salazarismo y de los episodios vividos en África. Profundamente vinculados entre sí y lejos de estar debidamente cicatrizados, ambos eventos (considerados traumas) insisten en atormentar el imaginario portugués. Por eso, a la luz del aclamado y polémico *Cuaderno de memorias coloniales* (2009), novela de Isabela Figueiredo publicado en Brasil apenas en 2018, este artículo pretende demostrar como esta obra rediscute viejos lugares de la cultura portuguesa, como un colonialismo suave y menos racista que otros, al mismo tiempo que esboza otra historia para su práctica colonial. Para ello, además de demostrar brevemente como la literatura portuguesa contemporánea continua haciendo de la materia histórica uno de sus tópicos fundamentales, este texto recorre a acontecimientos recientes de la vida nacional destacando la relevancia de un libro como el *Cuaderno de memorias coloniales*, en el momento en que los estudios post-coloniales encuentran restricciones en un país donde la versión oficial e institucionalizada de la historia todavía flirtea con el irrealismo del luso-tropicalismo, como los estudios de Margarida Calafate Ribeiro, António Sousa Ribeiro y Eduardo Lourenço nos muestran.

Palabras clave

Historia. Colonialismo. Trauma. Portugal

Recebido em: 27/01/2020
Aprovado em: 25/05/2020